

Giorgio de Marchis
Università di Salerno

The duck side of lusophony: o romance coelho-pato e a ficcionalização da lusofonia.

Resumo:

O ensaio pretende analisar três romances recentemente publicados em Portugal, que recorrem à variabilidade diatópica da língua portuguesa para caracterizar e tornar imediatamente reconhecíveis as próprias personagens. Neste sentido, tendo em conta que as obras em questão (*O ano em que Zumbi tomou o Rio* do escritor angolano José Eduardo Agualusa, *Transatlântico* do brasileiro Paulo Nogueira e *Longe de Manaus* do autor português Francisco José Viegas) apareceram nos últimos anos, tentar-se-á interpretá-las como as primeiras manifestações literárias dum imaginário lusófono, directamente ligado à instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: **Imaginário – Lusofonia – Ficção – Língua – Tradução.**

English title: ***The duck side of lusophony: the luso-afro-brazilian novel and the lusophony's fictionalization.***

Abstract:

The essay analyses three romances recently published in Portugal that recur to the diatopic variation of the Portuguese language to characterize and to immediately recognized the characters. In this way, concerning that the works in evidence appeared in the last years (*O ano em que Zumbi tomou o Rio* of the angolan writer José Eduardo Agualusa, *Transatlântico* from the brazilian Paulo Nogueira e *Longe de Manaus* from the portuguese author Francisco José Viegas), we will try to interpret them as the first literary manifestations from the lusophone imaginary, directly connected to the establishment of the Community of the Portuguese Language Speaking Countries.

Keywords: **Imaginary – Lusophony – Fiction – Language - Translation**

A 17 de Julho de 1996, como é sabido, criou-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nessa ocasião, os Chefes de Estado de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e S. Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, ratificaram uma declaração constitutiva que, entre as outras coisas, reafirmava que a língua portuguesa “constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada” (*Declaração constitutiva*), reconhecendo como um dos objectivos da nova Instituição a contribuição para “o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica” (*Declaração constitutiva*). Explicitamente, em conclusão dum complexo e delicado percurso institucional – começado, pelo menos no que concerne a época pós-25 Abril, o primeiro de Novembro de 1989, com a constituição em São Luís

de Maranhão do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (depois de uma longa campanha de sensibilização em todos os países lusófonos realizada pelo Ministro da Cultura brasileiro, José Aparecido de Oliveira, com o apoio do então Presidente José Sarney e do Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde) –, os sete Chefes de Estado reconheciam na língua comum “um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista” (*Declaração constitutiva*).

Não vou discutir agora a eficácia e a oportunidade de uma entidade política e cultural supranacional como é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, limitar-me-ei aqui a considerar que a 17 de Julho de 1996 institucionaliza-se a Lusofonia: uma “realidade insofismável”, nas palavras de António de Almeida Santos, que reconhece a existência de uma comunidade “territorialmente descontínua; etnicamente diversa; identitariamente plural, (...) [que] tem como substrato jurídico-cultural e histórico a comunhão de língua” (Almeida Santos 2001: 259).

Passados dez anos da sua fundação é, porém, lícito perguntar-se se existe (ou, pelo menos, se se está progressivamente afirmando) um imaginário literário lusófono – indicando com esta expressão não tanto um imaginário literário em língua portuguesa (cuja existência é evidentemente óbvia) quanto um imaginário literário que seja (ou tente ser) a expressão desta comunidade linguística lusófona. Em suma, para limitar-nos à ficção romanesca contemporânea, talvez possamos já verificar se nestes últimos anos se escreveram “romances de bordo” naquela *Jangada de pedra* que José Saramago, em 1986, imaginou partir da Europa e abandonar a sua Comunidade Europeia para instaurar, no meio do Atlântico, significativamente entre Brasil e Angola, outra comunidade de culturas reunidas pela voz comum.

Deste ponto de vista, recentemente apareceram algumas obras que é possível considerar verdadeiros enredos luso-afro-brasileiros e que, como é fácil imaginar, levantam não poucos problemas a um tradutor italiano. Em 2002, o escritor angolano José Eduardo Agualusa publicou *O ano em que Zumbi tomou o Rio*, um romance que se desenrola entre Luanda, Lisboa e Rio de Janeiro durante uma revolta dos narcotraficantes de uma favela carioca liderados por um ex-coronel dos serviços secretos angolanos. Dois anos mais tarde, a mesma editora que publicara o livro de Agualusa, a portuguesa Dom Quixote, editou o romance *Transatlântico* do brasileiro Paulo Nogueira; um livro onde se narra a vida de Paulo Martins, um luso-brasileiro, filho de pai português e mãe nordestina (mas também muito afeiçoado a uma criada angolana, emigrada em Portugal por causa da guerra civil), nascido a bordo dum avião exactamente a meio caminho entre Portugal e o Brasil e sem nenhuma dificuldade em falar as duas variantes da língua portuguesa, sem por isso deixar nunca de se sentir sempre fora de lugar em ambos os países. Finalmente, em 2005, o

português Francisco José Viegas escreveu *Longe de Manaus*, um romance policial (considerado o melhor romance do ano pela Associação Portuguesa de Escritores) onde o inspector portuense Jaime Ramos, pela primeira vez, vai ao Brasil para colaborar com os seus colegas Osmar Santos e Walmir Raposo na investigação dum misterioso homicídio, cujo móbil esconde-se nos últimos anos da presença portuguesa em Angola. A minha análise limitar-se-á a estas três obras, que considero exemplares duma nova vertente da ficção em língua portuguesa interessada em aproveitar todas as possibilidades narrativas oferecidas pela evolução diatópica da língua portuguesa em todos os seus aspectos multiculturais.

Que tipo de problemas põem a um tradutor italiano, ou polaco tanto faz, romances deste tipo? A título de exemplo, vou apresentar algumas passagens particularmente impérvias. Em *O ano em que Zumbi tomou o Rio*, há um breve diálogo entre o jornalista brasileiro Pedro Bueno e o angolano Euclides Matoso da Câmara:

“Como vai angolano? Fico feliz por rever você. Vem connosco? A doutora Bárbara já chegou? O jacaré teimou e teimou em fazer a entrevista no morro. Nem sei como vai ser, tenho ali uma combi com o material todo, dois câmaras e um técnico de som. Entro em directo daqui a uma hora e cinco minutos. Acha que nos vão colocar vendas nos olhos, como da última vez?”

Euclides cumprimenta-o. Confunde-o a eloquência, o entusiasmo do outro. Elogia-lhe a elegância:

“Belo terno!”

Pedro Bueno sorri. Imita o sotaque português:

“Terno, pá? Pensei que não usasses brasileirismos. Esperava que um gajo como tu dissesse fato... camisa da noite em vez de camisola, bicha em vez de fila, paneleiro em vez de bicha, autocarro em vez de ónibus. Estás finalmente a render-te ao Brasil?...” (Aqualusa 2002: 155-156).

É evidente como toda a conversação se baseia na alternância entre a variante nacional brasileira, usada inicialmente por Pedro Bueno e a variante nacional portuguesa, imitada pelo jornalista carioca não só através dalguns prováveis comportamentos fonéticos (*imita o sotaque português*), mas também pragmaticamente passando logo ao “tu” como forma de tratamento – e, portanto, a uma forma verbal da segunda pessoa, não muito comum na variante americana (*pensei que não usasses brasileirismos*) – ainda por cima reforçado pelo substantivo “gajo”, de origem tão europeia que, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, se em Portugal designa informal e/ou pejorativamente: “qualquer pessoa cujo nome não se conhece ou se quer omitir”, no Brasil é, pelo contrário, uma maneira informal e jocosa para indicar “um indivíduo natural de Portugal” (*Dicionário Houaiss* 2001: 1415)¹ e pelo sinal discursivo “pá”, aférese do substantivo *rapaz*, de uso

¹ “**Gajo** s.m. (1877 cf. MS⁷) **1** *infrm.* qualquer pessoa cujo nome não se conhece ou se quer omitir; fulano (tb. *joc.* ou *pej.*) <o g. não sabia para onde mais olhar> **2** *P infrm. pej.* Indivíduo de baixa reputação <o lugar de todos estes g. é no xadrez> **3** *P infrm. pej.* indivíduo velhaco, finório **4** *B infrm. joc.* Indivíduo natural de Portugal; português **5** indivíduo de maneiras abrutalhadas • GRAM fem. *gaja* • ETIM *gajão*, tomado indevidamente como aumentativo, em

muito generalizado na linguagem informal de Portugal com vários efeitos expressivos e muitas funções, entre as quais a de exprimir surpresa ou simplesmente preencher uma lacuna argumentativa. Finalmente, pelo que concerne o âmbito lexical, Agualusa explora a resemantização brasileira de termos tradicionais portugueses, recorrendo a vários dos exemplos que o linguista português Ivo Castro, na sua *Introdução à história do português*, define perturbantes falsos amigos, responsáveis de muitos malentendidos por vez equívocos (*terno, camisola e bicha*).

Situações análogas encontram-se também em *Transatlântico* de Paulo Nogueira. No que se refere ao léxico, por exemplo, de difícil tradução é a Lista Negra de 57 brasileirismos a não usar na Europa que André, o filho português do protagonista, impõe ao pai². Mas, passando ao âmbito morfológico, poderia resultar incompreensível, para um leitor não familiarizado com as duas variantes do português, também a tradução deste trecho:

Queres um? Apesar de ter emigrado para o Brasil tão jovem, e do punhado de brasileirismos que absorvera (mas não o gerúndio) a pronúncia portuguesa ainda prevalecia. (Nogueira 2004: 52).

Aqui, além do já referido uso da segunda pessoa nas formas verbais como elemento caracterizador de uma personagem europeia, há uma referência ao uso do gerúndio não tão explícita para quem desconheça a construção do aspecto durativo da acção própria da norma brasileira; assim, por exemplo, Paulo a Denise, a sua segunda esposa brasileira, diz: “Você está brincando” (Nogueira 2004: 185), enquanto a Pilar, a portuguesa com quem se casou pela primeira vez, não por acaso dizia: “Pilar, por favor! Diz-me que estás a gozar. Va lá!” (Nogueira 2004: 156). Finalmente, no que se refere à língua portuguesa nos seus aspectos multiculturais, é interessante esta breve consideração do protagonista do romance de Nogueira:

Da última vez que se tinham falado, o menino, com uma cara de quem está a pensar noutra coisa, não concedera senão uma palavra ao pai:

-Adeus.

Paulo ruminou que, se no português de Portugal “adeus” antecipava uma separação temporária, no português do Brasil “adeus” era por muito, muito tempo – até para sempre. Quando é que nos voltamos a ver? Nunca, jamais, em tempo algum. Bem talvez estivesse a dramatizar. Não era que André não gostasse dele – apenas não queria viver no mesmo planeta que o pai. (Nogueira 2004: 168).

formação regressiva • COL. Gajada” (*Dicionário Houaiss da língua portuguesa* 2001: 1415).

² “A primeira *Lista Negra* continha, entre numerosos outros (ao todo, 57) os seguintes termos proibidos, com o equivalente português autorizado: cadarço (atacador), goleiro (guarda-redes), canudinho (palhinha), ônibus (autocarro), xícara (chávena), tampinha (carica), sorvete (gelado), suco (sumo), aeromoça (hospedeira de bordo), trem (comboio)” (Nogueira 2004: 234-235).

Longe de Manaus procura apresentar em toda a sua complexidade a geografia da língua portuguesa, usando-a ao mesmo tempo para a construção das suas personagens. Deste ponto de vista, como já tinham feito os autores de *O ano em que Zumbi tomou o Rio* e *Transatlântico*, Francisco José Viegas não se limita às diferenças de natureza espacial, mas procura reconstruir também a variedade cultural e social característica da língua falada no Brasil, descrita por Paul Teyssier nestes termos:

A realidade, porém, é que as divisões «dialectais» no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais. As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialectologia brasileira será, assim, menos *horizontal* que *vertical*. (Teyssier 2001: 79).

Nesta óptica, o inspector de Manaus Osmar Santos e o inspector paulista Waldir Raposo falam substancialmente a mesma língua, enquanto que a distância que linguisticamente intercorre entre Osmar Santos e o seu concidadão Jander é um exemplo da verticalidade da dialectologia brasileira e da contiguidade no sistema linguístico brasileiro entre a norma culta urbana e as suas variedades sub-standard, de que um exemplo pode ser esta afirmação de Jander:

Não há telefone. Quando queremos telefonar tem o orelhão ali na praça. E não acho que tivesse celular, não. Não vi ele de celular. Minha esposa não viu também. (Viegas 2005: 287).

Aqui, além do uso dos substantivos *celular* (em Portugal *telemóvel*) e *orelhão* (em Portugal *cabina telefónica*) que, imediatamente, identificam como brasileiro a personagem em questão, temos três elementos úteis para localizar a língua e o seu usuário (dois em termos diatópicos e um diastraticamente):

1. O uso do auxiliar *ter* em substituição do auxiliar *haver* como verbo existencial (PB *tem o orelhão* Vs PE *há a cabina telefónica*);
2. A ausência do artigo antes do pronome possessivo (*Minha esposa não viu*);
3. Finalmente, o mais célebre exemplo morfo-sintactico de “falar errado” brasileiro: o uso do pronome pessoal recto *ele(s)/ela(s)* em posição de objecto directo em substituição das formas átonas *o(s)/a(s)*: (*Não vi ele* Vs PB-PE *Não o vi*).

Contudo, Viegas vai ainda mais além na identificação geográfica das suas personagens através da língua. Veja-se esta frase pronunciada por Osmar Santos ao colega português recém

chegado a Manaus: “Aqui está. Delegado Ramos. Inspetor Jaime Ramos. Portugal.” (Viegas 2005: 268). Neste caso, além da habitual alternância lexical entre um brasileirismo (*delegado*) e um portuguesismo (*inspetor*), há um uso deliberado por parte do autor português da ortografia brasileira que, como se sabe, ao contrário do que estabelece o acordo ortográfico de 1945 (em uso na Europa e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) não grafa as consoantes mudas. Esta é a única razão pela qual, embora as duas personagens pronunciem da mesma maneira a palavra, Viegas escreve *inspetor*, quando a falar é o brasileiro Santos, e *inspetor* quando é o advogado português Portocarrero a dirigir-se a Jaime Ramos³.

Nestes romances luso-afro-brasileiros, a língua, portanto, torna-se num elemento fortemente caracterizador da identidade das personagens, permitindo ao leitor lusófono de orientar-se na dispersão geográfica dos seus enredos. De facto, podem-se considerar como indícios identitários os inúmeros angolanismos (principalmente termos do kimbundo lexicalizados em português) usados pelos africanos no romance de Agualusa (*cota, bumbo, funje, matumbo, muadié, mujimbo*, etc), assim como, ainda que a única personagem angolana da obra de Nogueira, a criada Conceição, se exprima num português europeu sem interferências do kimbundo, há pelo menos um angolanismo em *Transatlântico*: “Bazamos” (Nogueira 2004: 234) (do kimbundo *kubaza* «ir embora, fugir») que, porém, não revela tanto uma origem africana da personagem que o usa (que, aliás, nunca viveu em Angola) quanto é exemplar da gíria juvenil dos adolescentes lisboetas (grupo socio-linguístico a que André pertence) onde já penetraram vários africanismos.

Chegados a este ponto, é preciso perguntarmo-nos se e, eventualmente, como traduzir estes romances luso-afro-brasileiros numa língua como, por exemplo, o italiano que não oferece ao tradutor uma evolução diatópica e uma variedade de normas nacionais comparáveis com as que caracterizam a língua portuguesa. Premissa metodológica indispensável, neste caso, porque a presença simultânea das variantes nacionais, geralmente designadas como “português europeu” e “português brasileiro”, e da variante em formação angolana em romances como *O ano em que Zumbi tomou o Rio, Transatlântico* e *Longe de Manaus* é um elemento imprescindível da obra, tanto estética como ideologicamente. Do ponto de vista ideológico, de facto, Agualusa, Nogueira e Viegas reafirmam – através das muitas incompreensões, dos recíprocos malentendidos e dos inúmeros equívocos que a língua comum provoca às suas personagens – precisamente essa polivalência linguística de estrutura fractal do arquipélago lusófono a que Melo e Castro se refere, como metáfora da lusofonia global, nestes termos:

³ “Em dois mil e dois, salvo erro. Glória morreu no Lobito. De Benguela ao Lobito, inspetor, são poucos quilómetros e Benguela parece-se, ao longe, com uma aldeia árabe espalhada por muitos quilómetros, cheia de pó, daquelas marroquinas que se vêem na televisão.” (Viegas 2005: 376).

Penso mesmo que a esta luz se impõe a consideração de uma “linguística fractal” e que a língua portuguesa, pela sua dispersão em arquipélago auto-semelhante pelo mundo, necessita ser estudada à luz de conceitos diferentes dos até agora usados, como seja a posse da língua, da existência ou não de normas ou de Norma, ou da decantada pureza da língua, que tantos equívocos têm infrutiferamente gerado...

Uma concepção fractal da existência do Português no mundo pode, pelo contrário, levar-nos a conclusões interessantes, tais como, por exemplo, a de que o perfil ou “perímetro” linguístico de cada “ilha” é uma entidade fragmentada mas única, unidade essa que é constituída por cada vez mais pequenas unidades iterativas isto é, que se repetem, cada vez mais pequenas, até ao infinito. (...) A existência, portanto, de uma só norma para todas as “ilhas” do arquipélago é impossível, porque cada uma produz as suas próprias unidades iterativas no exercício das funções linguísticas que caracterizam e modelam o seu quotidiano falar, escrever, criar e comunicar. (Melo e Castro 2005: 9-10).

Uma interpretação muito próxima da lusofonia como heteronímia e como espaço da diferença de que falava Lindeza Diogo em 1989 e da galáxia em arquipélago, plural e pluricêntrica, que Eduardo Lourenço, neste últimos anos, tem frequentemente analisado. Uma visão, hoje em dia dominante e maioritária, que encara, sim, a lusofonia como o espaço comum da diferença e da pluralidade, mas reconhece também a fundamental inabalabilidade duma construção identitária que, para além da sua variedade e dispersão geográfica, a língua comum torna permanente e quase naturalmente constante.

A reformulação estética desta premissa ideológica faz com que nestes romances a língua de todas as personagens (todas as diferentes e legítimas maneiras de falar português) constitua uma unidade autónoma, regida por leis próprias, no âmbito, porém, duma estrutura superior, dentro da qual cada unidade depende da organização do conjunto. Em suma, pelo menos do ponto de vista da recepção, a língua portuguesa nestes três romances luso-afro-brasileiros confirma a premissa da teoria da Gestalt, segundo a qual existem conjuntos (neste caso, a língua portuguesa) cujo comportamento não é determinado individualmente pelas partes que os constituem, mas são os seus processos parciais a serem determinado pela natureza intrínseca do conjunto. O exemplo mais célebre desta condição é o famoso coelho-pato em que, segundo Wittgenstein, não é possível ver simultaneamente os dois animais – ainda que todos os elementos pertençam a ambos, com uma função, porém, completamente diferente.



Ainda que os três romances analisados sejam portugueses (é inútil omitir que os três livros foram todos publicados por editoras portuguesas ou ignorar que da obra de Paulo Nogueira não existe uma edição brasileira, assim como não há uma edição angolana de *O ano em que Zumbi tomou o Rio*), o primeiro efeito que o leitor experimenta nestes livros coelho-pato é a desterritorialização da sua língua; sucessivamente, porém, é a presença de normas diferentes (diatópica como diastraticamente), dentro dum conjunto independente do comportamento das unidades que o constituem, o que transmite ao leitor a nítida percepção de uma fundamental unidade na diversidade – sensação contrastante muito bem apresentada por Francisco José Viegas ao descrever o desnorreamento experimentado no Brasil por um inspector do Porto:

numa semana a sua língua mudara embora fosse a mesma. Essa língua mais sonora, cheia de vogais abertas e de alegrias desconhecidas, falada por africanos e por árabes, por homens como Padilha, brancos e pálidos, ou como Osmar, morenos e irónicos, sorridentes, ou pelo empregado oriental do bar do hotel. Essa língua também estava na sua cabeça que não gostava de samba nem de comida baiana, nem de brasileiros palradores, exuberantes, trapaceiros. A palavra certa era manigância, mas não queria pensar nisso. (Viegas 2005: 362).

Esta é a razão pela qual a presente comunicação se abriu com uma referência à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Porque se a construção dum império, como demonstrou Edward Said, se baseia na elaboração cultural da ideia de ter um império, também a construção duma comunidade imaterial precisa de se afirmar através de práticas culturais que reforcem a ideia de que tal comunidade já existe em si naturalmente. *O ano em que Zumbi tomou o Rio*, *Transatlântico* e *Longe de Manaus* são, portanto, as primeiras expressões romanescas de um imaginário literário lusófono orientado pelos mesmos valores que a CPLP promove e divulga e, provavelmente, dos três autores, é José Eduardo Agualusa o escritor que mais encarna o imaginário da lusofonia – porque se o seu romance *Nação crioula*, por exemplo, já tinha obrigado o leitor “a

tomar em consideração a importância da triangulação entre Portugal, África e Brasil” (Medeiros 2006: 353), o autor de *Um estranho em Goa* e de *Lisboa africana* é também o sócio fundador da editora brasileira “Língua Geral” que, sob o lema *nossa vocação é a palavra. Nosso território, a língua portuguesa*, “pretende ampliar o diálogo entre os países lusófonos e as suas particularidades culturais e lingüísticas, publicando as obras de escritores como Francisco José Viegas, Mia Couto, Nelson Saúte, etc.

Em conclusão, é inevitável perguntarmo-nos outra vez quais princípios metodológicos e éticos avocar na tradução de romances como estes? Como respeitar a variedade da língua de partida sem incorrer no empobrecimento quantitativo, na homogeneização, na esotização dos retículos lingüísticos ou na eliminação da sobreposição das línguas; ou seja, como poderá um tradutor traduzir os romances coelho-pato sem cair nas tendências deformadoras consideradas por Antoine Berman crimes de *lesa-letralidade*? Satisfazer um princípio de fluidez, reconhecendo um único standard lingüístico, parece uma solução inaceitável – tanto dum ponto de vista estético como dum ponto de vista ideológico – porque provocaria, através duma redução etnocêntrica do texto estrangeiro aos valores culturais da língua de chegada, uma ilusão de transparência que Lawrence Venuti já indicou como uma das mais súbdolas e falseadoras estratégias discursivas da tradução. Da mesma maneira, julgar que se possa resolver o problema, mantendo em português poucos termos considerados exemplares e funcionais – facilmente reconhecíveis através dos habituais procedimentos tipográficos (o itálico), aceites só porque indispensáveis e tolerados porque circunscritos, em número limitado, num glossário que não excede os limites da transgressão lingüística concedida a um texto traduzido – não parece uma solução satisfatória porque exprime uma política tradutiva que tende a simplificar a alteridade (reduzida, desta vez, a souvenir turístico), desterrando-a fora do texto num glossário ou numa nota de rodapé. Finalmente, poder-se-ia renunciar a traduzir estas obras, porque intraduzível é a variedade lingüística que pressupõem. Contudo, a intraduzibilidade é a armadura ideológica de uma língua que se pretende monolítica, indiscutível, autoritária e omnicomprensiva. Uma língua (geralmente poética) que nega a pluralidade e a coexistência de mundos lingüísticos alternativos e igualmente expressivos e que, portanto, se revela incapaz de exprimir a cosmovisão de romances como estes, definitivamente embebidos da condição pós-fronteira de que fala Salman Rushdie em relação à nossa época.

Antes de concluir, tenho de confessar que duvido que exista uma solução definitiva. Em 2003, traduzi para italiano o romance de Agualusa e, na tentativa de manter a imediata reconhecibilidade das personagens através da língua que usavam, nos diálogos, entre outras coisas, mantive em português os sinónimos *cota*, *cara* e *gajo*. Desta maneira, espero ter conseguido reduzir os efeitos daquela substituição violenta da diferença cultural e lingüística de um texto estrangeiro

por outro texto compreensível pelo leitor da língua de chegada, que toda tradução inevitavelmente é. Pode ser que, para salvar o coelho, eu tenha matado o pato mas, não querendo apagar completamente a polivalência linguística do texto de Agualusa, procurei oferecer-lhe um pouco dessa hospitalidade linguística em que, segundo Paul Ricoeur, “o prazer de habitar a língua do outro é compensado pelo prazer de receber em sua casa, na sua própria morada de acolhimento, a palavra do estrangeiro.” (Ricoeur 2005: 21).

BIBLIOGRAFIA:

- AAVV (2001) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- AAVV (1996) *Declaração constitutiva da Comunidade dos países de língua portuguesa* [consulta electrónica]. <http://www.cplp.org/docs/documentacao/Declaração%20Constitutiva%20CPLP.pdf> [consultado em 15.11.2007]
- AGUALUSA, José Eduardo (2002) *O ano em que Zumbi tomou o Rio*. Lisboa, Dom Quixote.
- AGUALUSA, José Eduardo (2004) *Quando Zumbi prese Rio*. Roma, La Nuova Frontiera.
- BERMAN, Antoine (2003) *La traduzione e la lettera o l'albergo nella lontananza*. Macerata, Quodlibet.
- CAHEN, Michel (1997) “Des caravelles pour le futur? Discours politique et idéologie dans l'«institutionnalisation» de la communauté des pays de langue portugaise”. Em: *Lusotropicalisme: idéologie coloniales et identités nationale dans les mondes lusophones*. Paris, Karthala: 391-433.
- CASTRO, E. M. de Melo e (2005) “Dá língua portuguesa (notas para uma interpretação)”. *Lusografias* (Instituto Piaget LISBOA). 1 (I): 8-12.
- CASTRO, IVO (2006) *Introdução à história do português*. Lisboa, Colibrí.
- DIOGO, Américo António Lindeza (1989) “Lusofonia” [consulta electrónica]. *Estudos Pós-Coloniais e Lusofonias*. <http://sexta-feira.dyndns.org/congregagos/x/lusofonia.html> [consultado em 15.11.2007]
- FORTUNA, Sara (2002) *A un secondo sguardo. Il mobile confine tra percezione e linguaggio*. Roma, Manifestolibri.
- LOURENÇO, Eduardo (1999) *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da Lusofonia*. Lisboa, Gradiva.
- MEDEIROS, Paulo de (2006) “Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial”. Em: Manuela Ribeiro Sanches (org.) *Portugal não é um país pequeno. Contar o “império” na pós-colonialidade*. Lisboa, Livros Cotovia: 339-356.

- NOGUEIRA, Paulo (2004) *Transatlântico*. Lisboa, Dom Quixote.
- RICOEUR, Paul (2005) *Sobre a tradução*. Lisboa, Livros Cotovia.
- RUSHDIE, Salman (2007) *Superate questa linea*. Milano, Mondadori.
- SAID, Edward W. (1998) *Cultura e imperialismo. Letteratura e consenso nel progetto coloniale dell'Occidente*. Roma, Gamberetti.
- SANTOS, António de Almeida (2001) *Paixão lusófona*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- TEYSSIER, Paul (2001) *História da língua portuguesa*. Lisboa, Sá da Costa.
- VENUTI, Lawrence (1999) *L'invisibilità del traduttore. Una storia della traduzione*. Roma, Armando.
- VIEGAS, Francisco José (2005) *Longe de Manaus*. Porto, Asa.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1990), *Osservazioni sulla filosofia della psicologia*. Milano, Adelphi.